

O engendramento das práticas matrimoniais em grupos familiares da zona da mata de minas gerais como reflexo do advento do sanitarismo no apagar das luzes do século XIX

The control of marriage practices in family groups in the “zona da mata” of minas gerais as a reflection of the advent of “sanitarism” in the end of century XIX

Gabriel Afonso Vieira Chagas

Doutorando em História pela Linha de Pesquisa “Ciência e Cultura na História” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo: Os primeiros anos do século XX são marcados pelo advento da era do sanitarismo que, aliada ao ideal positivista da Primeira República no Brasil produziram transformações urbanas e sociais que construíram os alicerces do Brasil atual. Entretanto, essas referidas transformações extrapolaram o campo das obras públicas e das políticas médico-científicas para abranger as relações sociais no âmbito mais íntimo da sociedade, a saber, as relações conjugais. Na esteira desse processo, esse artigo presta-se a abordar a relação das pesquisas médico-científicas com o comportamento da sociedade, debruçando-se mais especificamente sobre a influência que o discurso médico-científico exerceu sobre as decisões matrimoniais de vários grupos familiares que permitem debater na larga escala o abandono da estratégia de casamentos consanguíneos em prol de casamentos extrafamiliares a fim de se precaver da geração de prole que herde doenças geneticamente potencializadas pelo casamento consanguíneo de seus progenitores.

Palavras chave: Casamentos Consanguíneos; Genética; História da Medicina; Família Ferreira Armond

Abstract: The first years of the 20th century are marked by the advent of the era of sanitarism which, together with the positivist ideal of the First Republic in Brazil, produced urban and social transformations that built the foundations of today's Brazil. However, these transformations extrapolated the field of public works and medical-scientific policies to encompass social relations in the most intimate sphere of society, namely, marital relations. In the wake of this process, this article lends itself to addressing the relationship of medical-scientific research with the behavior of society, focusing more specifically on the influence that the medical-scientific discourse exerted on the marital decisions of various family groups that allow debate on a large scale the abandonment of the strategy of consanguineous marriages in favor of extrafamilial marriages in order to avoid the generation of offspring that inherit genetically potentiated diseases by the consanguineous marriage of their parents.

Keywords: Consanguineous Marriages; Genetics; History of Medicine; Ferreira Armond family.

Introdução

A partir da década de 60, a aproximação entre a História e a Medicina possibilitou o surgimento de proficuas pesquisas que destoaram dos estudos que então predominavam no campo da História da Saúde e da Medicina desde os primórdios do século XX, (BARROSO, 2015, 3) estudos estes que eram guiados pelas perspectivas positivistas e românticas “onde as biografias dos ilustres expoentes da Medicina mereciam todo destaque” (SILVA, 2004). Segundo Elaine Barroso, foram as novas pesquisas datadas da segunda metade do século XX, que tornaram possível a inserção de outros objetos de estudo, novas fontes e metodologia ao estudo da História da Medicina (BARROSO, 2015, 3). Desde então, historiadores têm se debruçado sobre novas questões como doenças, concepções de saúde e afins.

Esses estudos, situados na segunda metade do século XX, segundo Fábio Henrique Lopes (LOPES: 2003, 2), podem ser divididos em três vertentes de análise da história da medicina brasileira que serão abordados brevemente a seguir. A primeira foi orientada pela obra de Michel Foucault, identificando a leitura interpretativa da Medicina com o Social. O pioneiro desses estudos foi Roberto Machado que se debruçou sobre a Medicina Social e a constituição da Psiquiatria no Brasil com o objetivo de compreender a figura moderna da Medicina, seu papel na sociedade e seu serviço ao Estado, de forma direta ou indireta (MACHADO, 1978).

Segundo essa perspectiva, a sociedade é vista como lugar privilegiado de exercício do saber médico, o qual passa a registrar e acumular informações sobre o estado de saúde da população. Assim, para que esse saber se desenvolvesse, foi indispensável o acompanhamento de um tipo de ação que possibilitou o controle do espaço em que o homem estava inserido (LOPES, 2003, 101).

Lopes (LOPES: 2003, 101), analisando o trabalho de Machado (MACHADO: 1978), demonstra que essa linha foucaultiana defende que a Medicina busca o controle e a regulação da vida social. Aprofundando essa afirmação, Madel Luz, que era leitora da obra de Roberto Machado, a traz para o campo político ao afirmar que a Medicina não possui apenas a função social, mas traduz-se em uma proposta de intervenção médica no corpo social. O trabalho de Madel Luz (LUZ: 1982), *Medicina e ordem política brasileira*, publicado em 1982, é apontado por Fábio Henrique Lopes como inaugurador da segunda vertente de análise da história da medicina brasileira que defende o papel político da Medicina. Segundo Lopes, trata-se de cuidar não só da saúde dos cidadãos, mas da saúde das cidades.

Nessa linha, Elaine Barroso afirma que o advento da Era do Sanitarismo, devido à descoberta dos micróbios por Pasteur nas últimas décadas do XIX, propiciou à Medicina “tornar-se científica e desdobrar-se em Saúde Pública, sendo a higiene sua vertente mais importante, podendo ser bem visualizada na I República no Brasil (BARROSO, 2015). Esse ponto, extremamente caro a este artigo, será abordado nas páginas a seguir, especialmente no que tange ao controle dos laços familiares, campo no qual pode-se apontar o impacto sob as estratégias familiares pautadas nos casamentos consanguíneos, que são objeto desse artigo e se situam na virada do século XIX para o XX, das leituras médico-científicas.

Há ainda a vertente de análise da História da Medicina Brasileira que se define como promotora da leitura da Medicina pelos historiadores sociais (BARROSO, 2015, 3). A principal proposta desse grupo é de relatar a atuação dos sujeitos históricos concretos, reconstituindo as experiências dos habitantes, dos sujeitos, e recuperando as concepções populares sobre seu modo de vida ou de como se viam diante da atuação dos médicos leigos e diplomados (BARROSO, 2015, 3). O trabalho pioneiro na área é a dissertação de mestrado de Flávio Edler (EDLER: 1992), intitulada *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro 1854-1884* defendida em 1992, na qual o autor analisa as duas reformas do ensino médico no reinado de Dom Pedro II.

Edler se opõe aos trabalhos de Roberto Machado e de Madel Luz por considerar que a Medicina se define como uma atividade social voltada à preservação da saúde da humanidade ou da população, focada, portanto nos sujeitos históricos concretos. Edler contrapõe a visão de uma Medicina que extrapola os limites da própria corporação para assumir papéis políticos e sociais.

Com efeito, este artigo propõe-se a análise da trajetória do Conde Camilo Maria Ferreira Armond, médico formado pela Academia de Paris, para, através dele, lançar luz às justificativas que sustentam o abandono da estratégia de casamentos consanguíneos pela família Ferreira Armond, pautando-se na ação dos sujeitos concretos e entendendo que a Medicina influencia o social e o social influencia a Medicina, de modo que, ambos estão imbricados no político, não podendo, portanto, uma ser deslocada das demais.

No que tange à família do Conde Camillo Maria Ferreira Armond, a família Ferreira Armond, que será o ponto de partida da análise a que este artigo se propõe, existe uma imensa bibliografia que aborda aspectos distintos da história desse grupo familiar. Uma lista dessas obras será apresentada nas próximas páginas, quando a trajetória dos Ferreira Armond receberá especial destaque. Porém, importa ressaltar que se sobressai, dentre elas, a tese de doutorado de Antônio Henrique Duarte Lacerda (LACERDA: 2010), intitulada *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)* defendida em 2010 na Universidade Federal Fluminense, na qual, o autor esmiúça a áurea ascensão desse grupo, e posteriormente publicada em livro.

A tradição familiar dos casamentos consanguíneos

A endogamia, compreendida neste artigo como a união matrimonial entre dois indivíduos consanguíneos, constituiu uma das principais estratégias familiares de preservação dos bens do grupo durante os processos de sucessões patrimoniais. Além disso, era empregada, pautando-se em inúmeras outras questões, tais como a manutenção da “pureza” de sangue das famílias, os acordos políticos, entre outros motivos. Nos primórdios dessa pesquisa, escolheu-se debruçar sobre famílias das Minas Sete-ocentistas e sobre a forma como valeram-se da consanguinidade para alcançarem seus projetos patrimoniais e políticos.

Para o desenvolvimento de tal empresa, fez-se necessário a análise detida das informações dos assentos paroquiais de batismo, matrimônio e óbitos;¹ dos processos de habilitação matri-

1. Muitas vezes os livros de óbitos contém a transcrição dos testamentos.

mônial² e *De Genere*; e dos registros paroquiais de terras³ que foram cotejadas com a documentação cartorária, tais como inventários, documentos de troca de terras, registros de compra e venda de mercadorias, entre outras. Intentou-se acompanhar as trajetórias dos indivíduos que compunham as famílias da região, iniciando-se pelos acentos paroquiais nos quais se tornou possível, a reconstituição das árvores genealógicas dos grupos familiares que habitavam a região da Serra do Camapuã, localizada hoje no município mineiro de Conselheiro Lafaiete. A atenção centrou-se nas freguesias de Nossa Senhora das Brotas do Brumado do Suassuí e Santo Antônio da Lagoa Dourada, para as quais havia livros de registros supostamente completos, organizados, compreensíveis e em ótimo estado de conservação.

Ao término da reconstituição das árvores genealógicas, tornou-se possível a seleção dos grupos familiares para os quais havia mais informações acerca dos membros – dezoito famílias – e deu-se início, a análise dos fundos de inventários e testamentos disponíveis em diversos arquivos e museus, entre os quais, o Arquivo Público Mineiro, o Museu Regional de São João Del Rei, e os arquivos de cartórios de cidades menores, como o Arquivo e Museu Antônio Perdigão, de Conselheiro Lafaiete, os cartórios de Cristiano Otoni, Lagoa Dourada e Entre Rios de Minas. Esse processo permitiu a redução do recorte inicial de famílias estudadas – para seis famílias – bem como viabilizou a opção por grupos para os quais houvesse maior diversidade de fontes que permitissem uma análise mais detida das possíveis motivações para o empreendimento ou não de uniões consanguíneas.

Em um terceiro momento da pesquisa, iniciou-se o trabalho com o rico acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana no qual se destacam os Processos de Habilitação Matrimoniais. Sobre esses, foram analisados os processos referentes aos membros dos seis grupos familiares recortados nas fases anteriores. Nesse momento, optou-se por analisar detidamente 120 Processos de Habilitação Matrimoniais referentes ao século XVIII recortados de um total de 8002 Processos arquivados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Essa documentação permitiu uma visão mais ampla acerca do quantitativo de casamentos consanguíneos em detrimento dos casamentos extrafamiliares ocorridos nas Minas sete-oitocentistas.

Divisor de águas na legislação religiosa acerca das uniões endogâmicas, a bula *Magnam Profectam Cura*, editada a 26 de janeiro de 1790, durante o papado de Pio VI (1775-1779), que determinava que os bispos brasileiros e alguns padres “respeitáveis” tinham o poder de dispensar gratuitamente a consanguinidade, exceto as de primeiro grau, possibilitando que essas famílias contornassem esses impedimentos canônicos, desde que os envolvidos pagassem as penitências, normalmente, na forma de orações e presença em missas (FARIA: 1998, P. 59-60). Portanto, através dos 120 processos de habilitação matrimoniais, selecionados dentre diversas freguesias das Minas, pôde-se vislumbrar a aplicabilidade das leis católicas e as mudanças decorridas da

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Livros de Registros Paroquiais. Acesso online via www.familysearch.org

2. De acordo com as normas do Sagrado Concílio Tridentino, então vigentes, os matrimônios realizados entre nubentes, membros de uma mesma família, deveriam contar com uma dispensa eclesiástica, a qual pode ser encontrada nos Processos de Habilitação Matrimonial. No que tange à região estudada, esses processos estão arquivados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. (*Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, Processos de Habilitação Matrimonial, Armários 01-07. Pastas 1-802, Autos 1-8019).

3. Previstos pela Lei de Terras de 1850.

edição da Bula de 1790.

Com a chegada do século XIX, a vigência da Bula *Magnam Profectam Cura* e as mudanças decorrentes das transformações políticas e sociais ocorridas entre o fim do período colonial e o advento do Brasil imperial, essa forma de casamento reinventa-se e, em certa medida, mantém-se e fortifica-se, baseando-se em antigas – tais como a manutenção das posses da família – e novas justificativas – acordos políticos nas Câmaras Municipais – que a mantêm interessante às famílias que a realizam. Para compreender essas transformações, reduziu-se o recorte estudado para a região da Serra do Camapuã que se localizava nas circunscrições pertencentes à Comarca do Rio das Mortes.

Inseridas nessa região, estavam as famílias cujas dinâmicas que regiam as escolhas matrimoniais que foram objeto de um estudo pormenorizado em trabalho anterior. Intentou-se, para além do fator quantitativo, analisar as motivações e as redes familiares constituídas por esses grupos. Deu-se maior enfoque aos processos de habilitação matrimoniais que envolveram esses grupos familiares e as justificativas apresentadas por esses para a autorização da realização de seus matrimônios por parte das autoridades eclesiásticas.

Em termos numéricos, à guisa de exemplo, a família Resende Costa, com seus 594 matrimônios foi a maior família analisada naquela pesquisa. Numericamente, eles totalizam 940 membros, dos quais 390 casaram-se na própria família, 399 casaram-se fora dela e 151 ficaram solteiros. Pode-se notar que essa família apresentou dados para as taxas de endogamia muito próximos dos encontrados para Lagoa Dourada em geral, no mesmo período. Caso diferente do analisado para a família Rodrigues Chaves, também residente em Lagoa Dourada, que para sua terceira geração atingiu a alta marca de 80% de endogamia nos matrimônios realizados. Enquanto a primeira família valeu-se dos casamentos, tanto *intra*, quanto *extra* familiares para angariar e preservar títulos nobiliárquicos, os Chaves apresentaram uma trajetória ligada ao comércio dos produtos oriundos da região com a Corte do Rio de Janeiro e, a partir do sucesso assistido pela família, diversificaram seus investimentos para abranger também a produção de gêneros alimentícios em fazendas que a família foi adquirindo.

A família Ferreira de Souza permitiu estudar um movimento de adaptação, na qual as primeiras gerações uniram-se exogamicamente com outras famílias; através delas introduziram a prática da endogamia no grupo. Por isso, essa família só apresenta índices mais altos de consanguinidade na quarta geração, quando na totalidade de 80 casamentos, aparece uma taxa de 42,5% de endogamia.

Entretanto, maior enfoque foi dedicado ao estudo da família Ferreira da Fonseca; munida de ideais de aguda unidade familiar, esforçou-se sobremaneira para manter a Fazenda dos Olhos D'Água, situada aos pés da Serra do Camapuã, no seio da família. Tendo a fazenda como seu epicentro, as gerações da família se espalharam pela região, especialmente Barbacena, onde realizaram a maioria dos poucos casamentos exogâmicos que encetaram, que os uniu a importantes famílias da região, tais como os Ferreira Armond e os Paiva Coimbra, também de origem açoriana.

No entanto, ainda que alguns membros tenham emigrado, a maior parte dos Ferreira da Fonseca permaneceu na região dos Olhos D'Água, onde se envolveram em contendias e acordos

políticos, principalmente, quando da elevação do arraial dos Carijós à Vila Real de Queluz, com a consequente instalação do senado da câmara na nova vila. Mais tarde, durante a Revolução Liberal, de 1842, enquanto a presidência da câmara de Barbacena era exercida pelo médico Camillo Maria Ferreira Armond, o padre Gonçalo Ferreira da Fonseca, grande articulador político desse grupo familiar, era vereador da Câmara de Queluz. Portanto, não há como negar a considerável influência que essa família exerceu no cenário regional.

A partir da vila de Barbacena, parte da família se dispersou, posteriormente, instalando-se na recém-formada comarca da Paraibuna. Ali, pôde-se acompanhar a trajetória de alguns membros que constituíram considerável fortuna, como foi o caso do comendador Simplício José Ferreira da Fonseca, cuja fazenda da Barra do Peixe é uma de suas expressões. A influência da família na criação de vilas e cidades na região de Mar de Espanha nada ficou a dever à influência de seus membros que permaneceram no Camapuã.

O que tornou esse grupo intrigante para o estudo foi, além do elevado índice de consanguinidade encontrado – 69,04% na quarta geração da família e 83,33% na quinta – foi a proximidade sanguínea desses matrimônios, que mesmo com a *Bula Magnam Profecta Cura*, que facilitava certos arranjos matrimoniais entre parentes, mas com certa distância, opta, em várias oportunidades, por casamentos não contemplados pela dita Bula. Na quarta geração, foram encontradas 18 uniões de primos de 1º grau, 5 envolvendo tios com sobrinhas, 4 com primos irmãos – aqueles que possuem os quatro avós em comum – e apenas 2 com primos de 2º grau.

Buscou-se estruturar a análise, tendo por pano de fundo as histórias particulares dos personagens que compõem essa família, demonstrando que esses matrimônios foram arranjos intencionais que tiveram objetivos específicos. Para o braço da família da Serra do Camapuã, o principal intuito foi manter intacta a fazenda dos Olhos D'Água ao longo das gerações. Para a família Ferreira Armond, do Conde de Prados, a intenção fora fortalecer os laços comerciais na corte imperial do Rio de Janeiro.

A análise detida desse *corpus documental* aliada aos resultados coletados na pesquisa que envolve as uniões consanguíneas para as Minas lança luz na afirmação creditada a Montaigne “As pessoas não se casam para si mesmas, mesmo que o digam; casam-se, sobretudo, para sua posteridade, para sua família.”(MONTAIGNE: 2009, 172)

A trajetória de casamentos consanguíneos da família Ferreira Armond

A família Ferreira Armond, de origem açoriana, se estabeleceu inicialmente em São João Del Rei em meados do século XVIII, logo transferindo-se para Barbacena e, já no período do Império, vários de seus membros passaram a residir na Zona da Mata mineira. Segundo Antônio Henrique Duarte Lacerda, apesar de terem chegado nas Minas sem aparente relações familiares ou rede de sociabilidades que lhe permitissem sustentação na sua escalada econômica, os Ferreira Armond logo encontraram no comércio a oportunidade de ascensão social. Os membros dessa família atuaram em toda a província e estenderam suas atividades ao Rio de Janeiro (LACERDA, 2010)

A figura de maior renome dentre esse grupo é o referido Conde de Prados, Camilo Maria

Ferreira Armond, que com agudo sentimento de unidade familiar, valeu-se de suas relações familiares para estender sua influência em diversos setores, desde os comerciais aos políticos. Camillo nasceu na Fazenda do Moinho em Barbacena, no dia 7 de agosto de 1815 e faleceu no Rio de Janeiro, no dia 14 de agosto de 1882, sendo sepultado no Cemitério do Catumbi. Graduou-se em medicina pela Academia de Medicina de Paris, aos 27 dias do mês de novembro de 1837. Próximo da metade do século XIX construiu a Fazenda de Santa Sophia, situada em Santana do Deserto, que lhe aproximou ainda mais da corte localizada na cidade do Rio de Janeiro. Em 30 de março de 1861 foi agraciado com o título de Barão de Prados pelas mãos do Imperador Dom Pedro II e, por mercê do mesmo, elevado a Visconde de Prados em 17 de maio de 1871. O título de Conde de Prados veio dez anos depois, em 15 de junho de 1881.

Enquanto cabeça política do grupo e, portanto, grande responsável pelos arranjos matrimoniais, o Conde de Prados pode ser visto como a figura central da família Ferreira Armond, guiando-a, no sentido de preservar o patrimônio através do encetamento de casamentos consanguíneos. Entretanto, para além do fator da repercussão patrimonial e das alianças políticas ligadas ao Partido Liberal, coube ao Conde proteger ainda a nobreza conquistada através dos títulos imperiais.

A opção por matrimônios intrafamiliares foi uma estratégia muito usada pelos Ferreira Armond. Nesse sentido, dos 13 casamentos dos membros da geração de Camillo Maria Ferreira Armond, para os quais foi possível realizar algum levantamento, chega-se a 6 casamentos intrafamiliares, gerando um índice de 46,15% de consanguinidade dentre as uniões.

A forte influência angariada pela família Ferreira Armond no cenário político da Província de Minas Gerais e da corte do Rio de Janeiro favoreceu consideravelmente os negócios empreendidos por incontáveis membros da família Ferreira da Fonseca que se valeram do parentesco com a família Armond e fixaram residência na Comarca do Paraibuna na segunda metade do século XIX, muitas vezes, através da união matrimonial com o ramo Armond. A consanguinidade entre essas duas famílias era tida em enorme consideração por seus membros, como pôde-se aventar pelos cinco casamentos levantados entre os dois ramos na geração analisada. Tais relações foram utilizadas para proteção mútua e redes de influência, especialmente no que toca aos negócios envolvendo a corte do Rio de Janeiro e a política local, como durante a Revolução Liberal de 1842.

A pujança econômica vivida pelas famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond no período imperial brasileiro não se assemelha de nenhuma forma à situação econômica dos descendentes desse grupo que ainda hoje residem na região da Zona da Mata mineira. A prosperidade e requinte ficaram no passado e deram lugares a regiões, como a que abrigava a fazenda Santa Sophia, que são apenas vulto do áureo passado que tiveram. A fazenda guarda centenas de cartas, documentos, fotografias e mobiliário que retratam a condição abastada da família. O estado de conservação desse imóvel possibilita ainda hoje inúmeros artigos, monografias, dissertações e teses que se debruçam em variados objetos que ajudam a compreender a vida de uma fazenda de café do século XIX brasileiro.

O contato com os descendentes desses grupos viabilizou o acesso a consideráveis informações que ajudaram a tecer o questionamento quanto às motivações que provocaram a dissipação

do patrimônio de outrora. Defende-se que o desincentivo ao casamento entre parentes, oriundo dos tratados médicos que foram acessados pelo Conde Prados e que, pioneiramente, abordaram a questão da transmissão hereditária de doenças, deva ser apontado como o grande responsável pela divisão constante das extensas propriedades oitocentistas. Ao longo do século XX, mobiliários, terras, documentos e fotografias dispersaram-se a cada novo inventário que se abria. É no abandono da estratégia que protegeu o patrimônio das famílias Ferreira da Fonseca e Ferreira Armond que se encontra a ruína de seus descendentes. E é sobre a influência que as pesquisas científicas acerca das doenças hereditárias no final do século XIX e princípio do XX exerceram na decisão desse abandono de estratégia consanguínea que esse artigo propõe-se debruçar.

O advento da genética e do sanitarismo: o abandono da estratégia de casamentos consanguíneos

Fora treze anos antes da publicação do pioneiro trabalho de Gregor Mendel, de 1865, que o médico suíço Sir William Wilde conduziu o primeiro estudo sistemático acerca da surdez congênita, relacionando a doença à hereditariedade e observando que a consanguinidade entre os pais aumentava as chances para a ocorrência dessa patologia (GODINHO, 2003, 2). Cinco anos depois, em 1858, Albrecht Graefe, oftalmologista alemão estudou a existência de anomalia hereditária na renite pigmentosa verificada em três irmãos (GODINHO, 2003, 2). Essas pesquisas impactaram a comunidade médica brasileira nessa mesma época. Consulta à biblioteca particular do médico brasileiro Camillo Maria Ferreira Armond revela que o futuro conde de Prados teve acesso a esses trabalhos e que essas leituras também teriam impacto sobre a história secular de casamentos consanguíneos da família Ferreira Armond. Pode-se observar, ao debruçar-se sobre os arranjos matrimoniais da família Ferreira Armond, o impacto desses estudos que associaram algumas patologias à hereditariedade e, mais particularmente, à consanguinidade, na interdição dessa prática no Brasil entre meados do século XVIII e o XIX, centrando-se na passagem do interdito religioso, de origem moral, vigente no período colonial, para um de caráter científico. Por isso, centrou-se no estudo de caso dos Ferreira Armond, família em que o casamento consanguíneo era recorrente até que um de seus membros, o futuro conde de Prados, começou a advogar contra essa prática sob bases científicas.

Mas foi apenas em 1914, trinta anos após o falecimento do Conde de Prados, que Charles Usher, ao descrever a transmissão da surdez congênita e da renite pigmentosa em várias famílias, associou-as à herança genética (GODINHO, 2003, 2). Nessa década, as obras de Gregor Mendel estavam na ordem do dia inspirando pesquisas científicas e o campo da genética, pouco depois, se desmembraria do da Embriologia humana para alçar novos voos. Entretanto, mesmo tendo falecido em 1884 e ainda que não houvesse explicações unanimemente aceitas pela academia científica, percebe-se que o médico Camillo Maria Ferreira Armond teve acesso a relevantes trabalhos que discursaram sobre os problemas hereditários oriundos da consanguinidade. Importa ressaltar que esta informação se baseia no acesso a Biblioteca Particular do Conde de Prados localizada na Fazenda de Santa Sophia, em Santana do Deserto.

Coetaneamente à atuação de Armond como médico, o aclamado pai da genética, Gregor

Mendel passou a revolucionar as pesquisas científicas, da segunda metade do século XIX, ao desvendar os elementos construtores de formas, o qual denominou de “*Formbildungselementen*”, denominados genes. Para Scott F. Gilbert, “é na terminologia de Mendel que vemos como, no século dezenove, os conceitos de herança e desenvolvimento estavam intimamente entrelaçados” (GILBERT, 2003).

Ainda que tenha recebido pouca atenção da comunidade científica do século XIX, Mendel publicou dois trabalhos acerca da sua descoberta. Esses trabalhos foram apresentados à Sociedade de História Natural de Brno em dois encontros: *Ensaio com plantas híbridas*, de 1865, e *Hierácias obtidas pela fecundação artificial*, de 1869, resultados de dez anos de experiências sobre hibridação de ervilhas que lhe permitiram estabelecer as leis da hereditariedade. Em sua pesquisa, Mendel criou um sistema para contagem dos híbridos resultantes do cruzamento das plantas e, tomando por base a altura dos vegetais e a cor das sementes e das flores, formulou leis relativas à hereditariedade dos caracteres dominantes e recessivos. Essas leis foram posteriormente denominadas de leis da hereditariedade, hoje chamadas Leis de Mendel, que explicam a transmissão dos caracteres hereditários.

O desenvolvimento da Teoria dos Genes, após Mendel (1856), tornou-se a pedra angular da Genética Moderna. Entretanto, até a década de 1920, as questões específicas da Genética eram abordadas juntamente com as da Embriologia Humana, sendo componentes de um mesmo campo de pesquisa médica. Foi apenas na década de 1920 que o embriologista fisiológico Thomas Hunt Morgan redefiniu a Genética como a ciência que estuda a transmissão dos traços em oposição à Embriologia, a ciência que estuda a expressão desses traços (GILBERT, 2003). Coube a Morgan, portanto, desenvolver a Teoria dos Genes a partir da Embriologia.

Entre a apresentação dos trabalhos de Gregor Mendel e o desenvolvimento de outras pesquisas relevantes da área, existe um hiato de pouco mais de trinta anos. Apenas em 1900, com as obras de Hugo de Vries, Carl Correns e Erich Von Tschermak-Seysenegg, que as pesquisas de Mendel foram redescobertas. Entretanto, durante essas décadas, as obras do “pai da genética”, mesmo caídas em relativo esquecimento, podiam ser consultadas nas principais bibliotecas dos Estados Unidos e da Europa (GILBERT, 2003).

É importante asseverar que, o desenvolvimento dos estudos genéticos veio dialogar com trabalhos de ampla divulgação na comunidade científica do século XIX que propunham explicações para a hereditariedade humana. A maioria desses trabalhos pautavam-se na mais difundida destas teorias, a da pangênese, segundo a qual, cada órgão do corpo humano produziria gêmeulas que se agregariam e seriam encaminhadas ao sêmen e ao sangue feminino, transmitindo as características dos pais ao futuro filho (ARCANJO, 2014). Essa explicação provinha de longa data, situando sua origem nos escritos dos filósofos gregos Hipócrates e Aristóteles. Exemplo da ampla divulgação dessas teorias encontra-se nas obras de Charles Darwin, nas quais pode-se constatar que a levou em consideração ao escrever “*A origem das Espécies*”. Outro exemplo é a tese dos caracteres adquiridos que foi adotada por Lamarck (MARTINS, 2015, 67).

Portanto, não obstante o quase esquecimento dos trabalhos de Gregor Mendel por três décadas, a comunidade científica do crepúsculo do século XIX produziu artigos, livros e congressos de grande difusão e relevância para a área que viria a ser denominada de Genética. A título

de exemplo, a obra *A Célula no Desenvolvimento e na Herança*, publicada em 1896 por E. B. Wilson propôs que os elementos formadores se encontravam nos cromossomos nucleares (GILBERT, 2003). Data-se desse período, os primeiros trabalhos que abordam a transmissão hereditária de doenças. Um dos primeiros pesquisadores a influenciarem a abordagem da temática foi o cientista Francis Galton, primo de Charles Darwin, que publicou a obra *Hereditary Genius*, em 1869, defendendo a tese de que um homem notável teria filhos notáveis. Suas pesquisas desenvolveram o conceito de eugenia que passou a ser cunhado em 1883 na obra *Inquiries into Human Faculty and Its Development*. O trabalho de Galton sobre a hereditariedade e aquilo que o pesquisador denominou de “bem nascidos” tiveram grande difusão no campo científico do século XIX e se opunham aos trabalhos de William Wilde (1853) e aos de Albrecht Graefe (1858), que apresentavam a transmissão de doenças através da hereditariedade.

Portanto, debruçando-se sobre um tema relevante e comum a toda a humanidade, o presente artigo presta-se a traçar o acesso de médicos brasileiros, como o Conde de Prados – sobre o qual esse artigo propõe estudar mais detidamente – a tais discursos médico-científicos que, na segunda metade do século XIX e na primeira do XX, foram publicados em periódicos brasileiros e internacionais e compunham as bibliotecas particulares desses profissionais. Da mesma forma, como tais estudos impactaram práticas recorrentes de consanguinidade no seio dessas famílias.

Outrora, o Conde de Prados, Camilo Maria Ferreira Armond, com agudo sentimento de unidade familiar, valeu-se de inúmeros matrimônios consanguíneos para fortalecer sua família e estender sua influência em diversos setores, desde os comerciais aos políticos. A mudança de postura do Conde de Prados deve-se a sua formação acadêmica, uma vez que ele passa a não mais incentivar o seu grupo familiar a utilizar essa estratégia de casamentos consanguíneos creditando-se essa mudança ao acesso deste ao discurso médico-científico que emergia no crepúsculo do século XIX acerca dos riscos da consanguinidade. É indicativo do sucesso desse desincentivo, a observação da geração dos netos de Camillo Armond que ao começar a encetar suas uniões matrimoniais nas primeiras décadas do século XX, já abandonam por completo a estratégia de uniões intrafamiliares.

Tendo-a por ponto de partida, a supracitada família estabelecida na Zona da Mata, em Minas Gerais, debruça-se sobre os demais grupos familiares que compõe a região e tiveram suas estratégias matrimoniais mapeadas antes e depois do estabelecimento desse discurso médico-científico que desestimulava a realização de casamentos consanguíneos.

Portanto, a partir da análise das obras lidas pelo Conde de Prados e das suas inúmeras cartas preservadas nessa propriedade, percebe-se a difusão das pesquisas médicas internacionais entre a classe médica brasileira e o acesso dessa classe aos discursos médicos internacionais. Observa-se ainda, a apropriação desse discurso na alteração das estratégias sociais desses grupos.

Nesse sentido, esse trabalho extrapola os espaços da Província de Minas, podendo ser utilizado para pensar as alterações no comportamento matrimonial de toda uma sociedade, que se defende estarem intimamente ligados aos enunciados emanados por médicos ligados às faculdades de medicina brasileiras, especialmente Rio de Janeiro e Bahia, e os centros científicos estrangeiros, especialmente, na Europa e Estados Unidos da América.

Para tanto, o caso particular do médico Conde de Prados, principal articulador político e

social da família Ferreira Armond, é emblemático, uma vez que, o referido vale-se da autoridade a ele conferida de “doutor” para fazer chegar aos grupos com os quais ele se relacionava os enunciados que considerava relevante na prevenção de doenças geneticamente potencializadas pelos casamentos consanguíneos. Ao observar-se atentamente a brusca queda dos índices de casamentos intrafamiliares pode-se concluir que, a força engendradora do comportamento social emanada pelo discurso médico-científico foi capaz de fazer com que os grupos familiares estudados abandonassem a prática de casamentos consanguíneos em total alinhamento com o discurso higienista dos primórdios do século XX.

Portanto, estudar a influência que as pesquisas médicas no campo da Embriologia Humana do século XIX e princípios do XX, voltadas para a transmissão hereditária de doenças, exerceram sobre a decisão de certos grupos familiares de abandonarem uma estratégia de casamentos consanguíneos voltadas à preservação das propriedades durante as sucessões patrimoniais se insere em um esforço de compreensão da ciência e da tecnologia em suas múltiplas relações com a sociedade e a cultura. Debruçar-se sobre a relação entre os estudos médicos acerca dos riscos da consanguinidade e as apropriações desse discurso científico por membros da sociedade que passam a enxergar as relações sociais construídas pelas uniões consanguíneas com um olhar diverso daquele dos séculos anteriores, trata-se de buscar, portanto, compreender aspectos importantes dessa relação ciência-sociedade na qual podem ser observadas as interferências tanto da ciência na sociedade quanto da sociedade na ciência, afinal as pesquisas sobre as consequências clínicas das uniões consanguíneas partem de uma análise da própria sociedade que as encetaram, conforme postula Charles Rosemberg:

[...] as doenças constituem objetos social e historicamente ‘enquadrados’ (*framed*) mediante certos procedimentos cognitivos e sociais que as definem como entidades específicas. Paralelamente, apresentam-se como ‘moldura’ para a sociedade, imprimindo-lhe impactos, valores e significados. (ROSENBERG, 1992)

Portanto, o presente artigo objetiva debruçar sobre essa profunda relação entre sociedade e ciência, aqui vista de forma específica como o discurso que combate os casamentos consanguíneos, entendidos como proliferadores de doenças. Desta forma, analisa-se o discurso médico no combate à essas doenças da consanguinidade, sendo que a própria doença em si, é vista como uma entidade histórica. Segundo Jacques Le Goff:

[...] a doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma ideia, um certo abstrato numa ‘complexa realidade empírica’, é porque as doenças são mortais. [...] A doença pertence não só à História superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à História profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às representações, às mentalidades. (LE. GOFF, 1985)

Na esteira dessa análise cumpre lembrar que o crepúsculo do século XIX e o primórdio do século XX é marcado pelo advento da Era do Sanitarismo, que, como já se apontou anterior-

mente, segundo Elaine Barroso, devido à descoberta dos micróbios por Pasteur nas últimas décadas do XIX, propiciou à Medicina “tornar-se científica e desdobrar-se em Saúde Pública, sendo a higiene sua vertente mais importante, podendo ser bem visualizada na I República no Brasil” (BARROSO, 2015). Jane Sayd vai ainda mais longe nessa constatação, chegando a afirmar que o sujeito adoecer equivaleria a cometer um delito contra a ordem ou moral burguesa (SAYD, 1984). Segundo a autora, as pessoas passam a ser responsáveis pelo bem-estar do corpo social, da saúde coletiva, o que permite a Sayd cunhar o conceito de jurisprudência biológica. Para autora, com o fim da era da Patologia, ou seja, da elaboração de diversos tratamentos para a cura das doenças, inicia-se a era da Saúde Pública estruturadas nas descobertas de Pasteur. O Sanitarismo como também é chamado, traduz-se em políticas sanitárias de intervenção no espaço público (SAYD, 1984). Portanto, Barroso afirma que

[...] esse objetivo moralizante também pretendia abarcar os costumes da massa, seja a medicina ligada às práticas de curandeirismo, os hábitos envolvendo o lazer, as habitações e os laços familiares. Tudo o que não coincidia com os novos padrões burgueses que envolviam a ordem, a moral e a saúde precisava ser expurgado (SAYD, 1984, p. 5).

Acerca dos laços familiares, pode-se apontar o impacto das leituras médico-científicas sob as estratégias familiares pautadas nos casamentos consanguíneos, que se pode considerar, seguindo Barroso, como integrantes do movimento sanitarista da Primeira República Brasileira. Nessa mesma linha, pode-se evocar a dissertação de mestrado de Flávio Edler que considera que a Medicina se define como uma atividade social voltada à preservação da saúde da humanidade ou da população, focada, portanto nos sujeitos históricos concretos (EDLER, 1992). Edler defende a visão de uma Medicina que extrapola os limites da própria corporação para assumir papéis políticos e sociais.

Considera-se as doenças originárias dos casamentos consanguíneos como um dos grandes males a serem combatidos no Brasil da Primeira República, pois como sintetiza Monteiro Lobato na obra “Urupês”, publicada originalmente em 1918, o pensamento daquela sociedade é de que as doenças são a justificativa para o atraso do país. Mensura-se a difusão do pensamento sustentado por Lobato, quando se observa que os médicos das primeiras décadas do século XX vão se tornando referência para diversos assuntos. É nessa fase, que a medicina se torna científica, deixando de ser meramente uma arte, e os médicos se inserem definitivamente na política reforçando ainda mais a capacidade de engendramento dos comportamentos sociais tornando a medicina a solução para os problemas sociais. É neste ponto que a argumentação de Charles Rosenberg, de que as doenças são construções sociais, pode ser mais claramente percebida pelo observador atento.

Considerações finais

A análise da trajetória do Conde Camilo Maria Ferreira Armond, permite, através dele, lançar luz às justificativas que sustentam o abandono da estratégia de casamentos consanguíneos,

partindo da família Ferreira Armond, para, valer-se da Micro-História com objetivo de compreender um processo que levou à uma rejeição dessas uniões consanguíneas pela sociedade do século XXI. Portanto, defende-se, mais uma vez, que a Medicina influencia o social e o social influência a Medicina, de modo que, ambos estão imbricados no político, não podendo, portanto, um ser deslocado da outra.

Referências

ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e Registros Paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). *Linhas e Entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários. p. 139. 2011.

BARROSO, Elaine Aparecida Lier. História Social da Cultura e História da Medicina: possibilidades de análise. *Anais do I Colóquio do LAHES*, v.1, n.1, p. 3. 2015.

BEIGUELMAN, Bernardo. Os Efeitos da Consanguinidade. In: *Genética Populações*. Campinas: UNICAMP. p. 94. 2005.

COHN, Marjorie Rocha. *A fazenda Santa Sofia: cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

Constituições Primeiras do Acerbispado da Bahia. Título LXIX §294, p. 122.

EDLER, Flavio C. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro - 1854-1884*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi. DE LUCA, Tania R. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto. 2009.

GILBERT, Scott F. *Biologia do Desenvolvimento*. 5ª Ed. Ribeirão Preto: FUNPEC Editora. 2003.

GODINHO, Ricardo. KEOGH, Ivan. EAVEY, Roland. Perda auditiva Genética. *Revista Brasileira Otorrinolaringologia*. v.69, n.1, p. 100-104. 2003.

GOODY, Jack. *Família e casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora. 1995.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Edição Nacional. p. 253. 1956.

GRAZINOLI, Danniell de Miranda. *Fazenda Santa Sophia (MG): Preocupação com o aspecto social do escravo no Brasil do Segundo Império*. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Fi-

losófia, Ciências e Letras de Valença, Valença. 2004.

GUIMARÃENS, Elione Silva. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil (Zona da Mata mineira –século XIX). *História Econômica da América Latina*. v.1, n.32, p.. 2009.

GUIMARÃENS, Elione Silva. Escravos e libertos da zona da mata mineira: da luta pela liberdade aos primeiros anos do pós-emancipação (1870-1900). *Revista Científica da FAMINAS*. v.1, n.2. p. 2005.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume. 2006.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1850). In: GUIMARÃES, Elione Silva. MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume. 2007.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios. 2013.

LE. GOFF, Jacques (org). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LOPES, Fábio Henrique. Análise historiográfica e Histórica da Medicina Brasileira. *Lócus: revista de história*. Juiz de Fora: Núcleo de História regional. Departamento de história/Arquivo Histórico/ EDUFJF, 2003, v. 9, n. 02.

LOTT, Miriam Moura. *Na Forma do Ritual Romano*. Casamento e Família. Vila Rica (1804-1839). Belo Horizonte: Annablume. 2008.

LUZ, Madel Terezinha et al. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1982.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. A herança de caracteres adquiridos nas teorias “evolutivas” do século XIX, duas possibilidades: Lamarck e Darwin. *Filosofia e História da Biologia*, v.10, n.1, p. 67-84. 2015.

O sacrosanto, e ecumenico Concilio de Trento em latim e portuguez. Exemplar da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: http://purl.pt/360/4/sc-7007-p/sc-7007-p_item4/sc-7007-p_PDF/sc-7007-p_PDF_24-C-R0150/sc-7007-p_0000_capa-guardas2_t24-C-R0150.pdf acessado em 11/01/2017 às 22:11. Tomo II. Sessão XXIV, cânone 1, p. 220.

ROSENBERG, Charles. Framing disease: illness, society and history. In: Rosenberg, Charles. Explaining epidemics and other studies in the history of medicine. Cambridge: Cambridge University Press. p. 305-318. 1992.

SAYD, Jane Dutra. *Mediar, Medicar e Remediar*: aspectos da terapêutica na medicina ocidental. Rio de Janeiro: EDUERJ. 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. *Hagiografia e História da Saúde*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ. 2004.

WHELING, Arno. e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1994.

Artigo submetido em 20/04/2021

Aceito em 11/07/2021